

CORREIO NACIONAL



Medida foi anunciada pela Aneel

Bandeira Tarifária de junho será vermelha patamar 1

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) informa nesta sexta-feira (30/5) o acionamento da Bandeira Vermelha, no patamar 1, para o mês de junho de 2025, indicando o aumento no custo da energia para os consumidores. Isso significa que as contas de energia elétrica terão cobrança adicional de R\$ 4,46 (quatro reais e quarenta e seis centavos) a cada 100 kW/h (quilowatt-hora) consumidos. Diante do cenário de afluências abaixo da média em todo o país indicado

pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), projeta-se uma redução da geração hidrelétrica em relação ao mês anterior, com um aumento nos custos de geração devido à necessidade de acionamento de fontes de energia mais onerosas, como as usinas termoeletricas. O sistema de bandeiras tarifárias foi criado pela ANEEL em 2015 para indicar, aos consumidores, os custos da geração de energia no Brasil. Ele reflete o custo variável da produção de energia.

Financiamento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta terça-feira (3), um financiamento por meio do Fundo Amazônia. Serão R\$ 825,7 milhões destinados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para execução do projeto Fortalecimento da Fiscalização Ambiental

para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia (FortFisc). A iniciativa está alinhada às diretrizes do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), da Estratégia Nacional para REDD+ (EN-REDD+) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Novas unidades de conservação

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta terça-feira (03) a criação de três novas Unidades de Conservação (UCs) Federais propostas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), totalizando mais de

45 mil hectares de áreas protegidas. Na data, é comemorado o Dia Nacional da Educação Ambiental, data instituída em 2012 para marcar os 20 anos da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, a Eco-92.

Edital do Enem 2025 em Libras

O edital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2025 em Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), na segunda-feira, 2 de junho. O vídeo com o conteúdo completo

Conferência Internacional de Aids

A Sociedade Internacional de Aids (IAS) anuncia, nesta terça-feira (3/6), que a 26ª Conferência Internacional de Aids (AIDS 2026) ocorrerá no Rio de Janeiro (RJ), de 25 a 30 de julho. Esta é a primeira vez que a Conferência será realizada na América do Sul. Com apoio do

Ministério da Saúde (MS), da Fiocruz, da Prefeitura do Rio e da Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids (Abia), o evento contará com a participação das principais autoridades no campo da pesquisa e das ciências médicas, além de lideranças comunitárias.

Alta no turismo nacional

O turismo brasileiro começou 2025 com um desempenho histórico, acumulando R\$ 55,4 bilhões em faturamento no primeiro trimestre do ano. O valor supera o recorde anterior, de 2014, quando houve a movimentação de R\$ 52,5 bilhões, já considerando a correção pela

inflação. Os dados foram obtidos pelo Ministério do Turismo junto à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Somente em março, época de Carnaval, o faturamento do setor alcançou R\$ 18 bilhões, um crescimento de 6,6%.

Ministério das Cidades libera investimentos no Marajó

Mais de R\$ 80 milhões foram desbloqueados para início de obras

Em mais uma bem-sucedida rodada de reuniões da iniciativa #BotaPraAndar no Pará, sete municípios da região do Arquipélago do Marajó tiveram investimentos federais do Ministério das Cidades destravados e acelerados para que as obras possam se tornar realidade, beneficiando a vida da população marajoara. O evento foi realizado em Soure, no início da tarde de segunda-feira (2).

Ao total, mais de R\$ 80 milhões em recursos foram tratados e destravados nas reuniões entre equipes técnicas do Ministério das Cidades, da Caixa e das prefeituras dos municípios convidados, sendo eles: Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Nestas cidades, o Ministério das Cidades possui investimentos em pavimentação, esgotamento sanitário, abastecimento de água em áreas rurais e urbanas, construção de banheiros e, principalmente, em habitação, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida.

“É uma alegria estar aqui hoje para falar sobre as obras do Minha Casa, Minha Vida e



Outras edições do programa devem ser realizadas no Pará

demaís ações do Ministério das Cidades. Criamos o Bota Pra Andar para reunirmos as equipes técnicas do ministério, das prefeituras, os prefeitos e vereadores para a gente tirar as obras do papel e, com isso, possamos fazer com que os serviços cheguem à população do Marajó, do Pará e do Brasil por meio dessa iniciativa, como o presidente Lula nos orientou”, destacou o ministro Jader Filho.

Ainda em junho, outras

edições do #BotaPraAndar devem ser realizadas no Pará, com prefeituras das regiões nordeste e sudeste do estado. Já foram realizadas rodadas de reuniões do #BPA nas cidades de Moju, Benevides e Paragominas nos meses de abril e maio e a meta é estabelecer o diálogo com as 144 prefeituras municipais paraenses até o fim de 2025.

À ocasião do #BotaPraAndar, o ministro das Cidades, Jader Filho, representantes da

Caixa e prefeitos fizeram o ato simbólico de contratação de 75 moradias do MCMV na modalidade Sub 50 — voltada a localidades com menos de 50 mil habitantes — nos municípios de Soure, Ponta de Pedras e Santa Cruz do Arari, sendo 25 moradias em cada cidade. O investimento total é de R\$ 9,75 milhões em recursos federais oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

MIR inaugura Afrotecas no Amazonas



Estruturas fortalecem identidades negras e indígenas

Afirmativas da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo (Separ), Layla Carvalho. Segundo o coordenador do projeto na Ufopa, professor Luiz Fernando de França, a implantação das novas unidades representa um avanço estratégico na consolidação do modelo pedagógico afrocentrado e na ampliação das políticas públicas de combate ao racismo desde a primeira infância.

“Essa articulação intersec-

cional promovida pelo MIR é indispensável. O investimento do Governo Federal e o envolvimento das juventudes negras e quilombolas, bem como das mães e comunidades tradicionais, mostram que a Afroteca é uma ação de enfrentamento ao racismo que se constrói de forma coletiva e integrada, impactando diretamente as políticas públicas para a infância, a educação e os direitos raciais”, colocou.

A iniciativa educacional re-

presenta uma ação de implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas, ampliando as possibilidades pedagógicas para o reconhecimento das identidades negras, quilombolas, indígenas e afro-brasileiras no ambiente educacional.

O projeto oferece às crianças um espaço lúdico e formativo, composto por livros, brinquedos, jogos e instrumentos musicais cuidadosamente selecionados. Esses materiais visam estimular a imaginação, fortalecer o pertencimento e promover o reconhecimento positivo da diversidade étnico-racial. A proposta das Afrotecas nasce das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa em Literatura, História e Cultura Africana, Afro-brasileira, Afro-Amazônica e Quilombo-la (AFROLIQ) da Ufopa que estruturou os espaços como uma intervenção pedagógica e tecnologia social antirracista.

STF

Corte decide sobre redução de benefícios fiscais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as reduções de benefícios fiscais do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) devem ter efeito apenas 90 dias após a medida que determinou a redução, ou seja, devem observar a chamada anterioridade nonagesimal. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 23/5, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1285177, com repercussão geral (Tema 1108). A tese fixada será aplicada a todos os demais casos semelhantes em tramitação na Justiça.

TSE

Sistema de atendimentos das ouvidorias nacional

Com foco na implantação do Sistema de Atendimento ao Cidadão da Justiça Eleitoral, teve início nesta segunda (2) o III Encontro Nacional de Servidoras e Servidores de Ouvidorias Eleitorais. O evento, que ocorre no edifício-sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, vai até quarta-feira (4), com oficinas de trabalho e palestras. A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, encerrou o primeiro dia do encontro. “A Ouvidoria é um órgão da maior importância e queremos que, cada vez mais, se aperfeiçoe e se modernize”, citou. A ouvidora do Tribunal, Maria Iracema Martins do Vale, destacou que o evento é uma oportunidade para a troca de boas práticas e de experiências.

STJ

Simpósio ‘Juízes e Mudanças Climáticas’

O simpósio internacional Juízes e Mudanças Climáticas, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), começa nesta terça-feira (3), a partir das 9h. O evento de dois dias será realizado online, pela plataforma Zoom, e terá transmissão ao vivo pelo canal do STJ no YouTube. O simpósio é fruto da parceria entre o STJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A cerimônia de abertura contará com a participação do presidente do STJ, ministro Herman Benjamin; do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso; e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

TCU

TCU avalia Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025

O Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizou aspectos do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União de 2025 (PLOA 2025) no que diz respeito à previsão de receitas, à fixação de despesas e ao estabelecimento de metas fiscais. O trabalho analisou aspectos como: parâmetros macroeconômicos utilizados para elaboração do PLOA 2025, verificação da real possibilidade de receitas e despesas estimadas, compatibilidade do montante das despesas primárias com o Regime Fiscal Sustentável e resultado projetado para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no PLOA 2025.